



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA AQUISIÇÃO

1.1. O presente documento visa analisar a viabilidade da futura **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (URNAS) E SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO CORPO E TRASLADOS, PARA ATENDER A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA**, bem como, compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência de forma a melhor atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social e Assuntos da Família do Município de Bandeirantes-Pr.

I – Informações Gerais:

1. Número do Processo Administrativo:	16/2025
2. Setor Requisitante:	SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA
3. Equipe de Planejamento da Contratação:	ROSIANE CRISTINA VIEIRA NÉIA STORTI CIRLEI SOCORRO JUSTO DOS SANTOS - Portaria Nº 1.967/2025

II – Diagnóstico da Situação Atual:

Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (artigo 15, caput, §1º do Decreto nº 3.537/2023):

A Secretaria de Assistência Social e Assuntos da Família tem como atribuição fundamental a garantia de direitos e a promoção do bem-estar das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Dentre as necessidades identificadas, destaca-se a prestação de serviços funerários para atender às famílias que, em momentos de extrema fragilidade emocional e social, não fornecem condições financeiras para cuidar desses serviços essenciais.

O problema a ser resolvido consiste na ausência de uma solução formal e estruturada para garantir que o serviço funerário seja prestado de forma digna, acessível, contínua e em conformidade com os princípios da Administração Pública, como legalidade, eficiência, isonomia e transparência. Trata-se de um serviço que requer resposta pronta para atender a demandas imprevisíveis e urgentes, garantindo que as famílias enlutadas recebam o apoio necessário no momento em que mais precisam.

Dentro da Política de Assistência Social, está a concessão de Benefícios Eventuais, modalidade de provisão de Proteção Social Básica, de caráter suplementar e temporário, que integra as garantias do SUAS;

A concessão de auxílio funeral está devidamente regulamentada pela Resolução nº 04/2007, do Conselho Municipal de Assistência Social, onde orienta que deve ser destinado aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento das contingências sociais circunstanciais;

Nesse contexto, a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços funerários busca resolver a necessidade de disponibilizar esse atendimento de maneira organizada, com critérios objetivos e padronizados, contemplando todas as especificações técnicas indispensáveis para a prestação adequada do serviço. Essa também solução visa garantir a economicidade e a eficiência do uso dos recursos públicos, ao mesmo tempo em que promove o atendimento às famílias com respeito, dignidade e sensibilidade diante de suas situações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

2. Alinhamento entre a contratação e o planejamento da Administração (artigo 15, §1º, II, do Decreto nº 3.537/2023):

Considerando que o objeto da contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme previsão legal no artigo 384 e seguintes do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, pois, os serviços aqui tratados são caracterizados como bens comuns, e existe a necessidade de realização de processo anual para sua contratação a fim de suprir demanda da Secretaria de Assistência Social e Assuntos da Família.

Previsão no PAC: Publicado no Diário Oficial Eletrônico, Edição nº 951, nos dias 20 de dezembro de 2024, página 73.

de 2024, página 78.

(x) Sim – Especificar Ano: 2025	() Não	
SECRETARIA	ITEM:	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	SEQ.26AS	
Créditos orçamentários:		
DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSO
289 - 09.001.08.244.0810.2065.3.3.90.32.00	BENEFICIOS EVENTUAIS	00000/00000.01.07. 00.00.1.500.0000
Em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, apresente contratação enquadrar-se em:		
Criação ação de governo	() Sim	(x) Não
Expansão ação de governo	() Sim	(x) Não
Aperfeiçoamento ação de governo	() Sim	(x) Não

3. Descrição dos requisitos da potencial contratação (artigo 15, §1º, III, do Decreto nº 3.537/2023):

3.1 DO OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS PARA ATENDER A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA.

3.2. NATUREZA DO SERVIÇO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL CONTRATAÇÃO: A contratação deverá obedecer, no que couber:

3.3.1. Lei nº14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

3.3.2. Decreto Municipal nº 3.537/2023.

3.3.3. Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

3.3.4. Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

3.4. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO: Para garantir a prestação adequada e digna dos serviços funerários destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social, estabelecem-se os seguintes padrões mínimos de qualidade e desempenho, que devem ser rigorosamente observados pela empresa:

3.4.1. Disponibilidade e Prontidão

Atendimento 24 horas por dia, durante os sete dias da semana, incluindo feriados, com capacidade para responder às ordens da Secretaria de Assistência Social e Assuntos da Família em, no máximo, 2 horas após a chamada.

3.4.2. Atendimento Humanizado



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

Realização de atendimentos com respeito, empatia e sensibilidade, considerando o momento delicado e vívido pelas famílias beneficiadas. A empresa deve garantir que seus colaboradores recebam treinamento específico para oferecer um atendimento humanizado e respeitoso.

3.4.3. Infraestrutura e Equipamentos.

3.4.4. Disponibilização de veículos e equipamentos adequados para o transporte de corpos, com manutenção regular e em conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes.

3.4.5. Oferecimento de urnas funerárias de boa qualidade, que atendem aos requisitos estabelecidos no edital, com opções que respeitem critérios culturais e religiosos.

3.4.6. Conformidade Legal e Sanitária

3.4.7. Cumprimento rigoroso das legislações aplicáveis ao setor funerário, regularidade em todos os alvarás, autorizações e registros.

3.4.8. Controle e Transparência:

Manutenção de registros detalhados de todas as ocorrências e serviços prestados, disponibilizando relatórios periódicos à Secretaria de Assistência Social e Assuntos da Família, garantindo a transparência e o monitoramento eficaz.

3.4.9. Pontualidade e Eficiência:

Execução dos serviços funerários dentro dos prazos estabelecidos, sem prejuízo ao atendimento de outras demandas urgentes ou de exceção.

3.4.10. Garantia de recursos logísticos e operacionais que permitem atender a múltiplas conexões simultâneas, sempre observando a ordem e a prioridade definidas pela Administração.

3.4.11. Aspectos Culturais e Religiosos:

Respeito às especificidades culturais, étnicas e religiosas das famílias atendidas, disponibilizando opções compatíveis

3.4.12. Atendimento às Normas de Sustentabilidade;

3.4.13. Nesse contexto, busca-se minimizar os impactos negativos ao meio ambiente associado às atividades funerárias, promovendo práticas mais conscientes e alinhadas às diretrizes previstas pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.;

3.4.14. Implementar um sistema de gestão adequado de resíduos gerados durante o processo funerário, incluindo restos de materiais, flores e enfeites. A destinação deve seguir as normas ambientais e sanitárias vigentes, evitando o descarte irregular ou a contaminação do solo e dos recursos hídricos.;

3.4.15. A empresa contratada deve treinar seus colaboradores sobre a importância da sustentabilidade ambiental e das boas práticas associadas aos serviços funerários. Isso inclui a conscientização sobre o uso responsável de recursos naturais e a redução do desperdício;

3.4.16. A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo;

3.4.17. Ademais, a contratação do referido material, deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei nº14.133 de 01 de abril de 2021.

3.5. DA SUBCONTRATAÇÃO: Não será permitida a subcontratação integral e nem parcial do objeto.

3.6. DA PARTICIPAÇÃO DE MEI'S, ME'S OU EPP'S Nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014, poderão participar MEI'S, ME's ou EPP's, concorrendo com os benefícios legais, desde que o ramo de atividade seja compatível com o objeto, aplicando-



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

se ainda os dispositivos legais previstos na sessão I do capítulo V (acesso aos mercados) da Lei Complementar 123/2006 e alterações da Lei Complementar 147/2014.

3.7. DA PARTICIPAÇÃO COOPERATIVAS: No que se refere a cooperativa, não será restringido, porém conforme documentos necessários, deverá possuir ainda o objeto social compatível: Como regra geral, é possível a participação de cooperativas em licitações desde que o objeto social da cooperativa seja compatível com o objeto licitado.

3.8. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS: Não será permitido o consorcio de empresas; justificando-se uma vez que o objeto em si mesmo é comercializado por várias empresas do ramo, sendo desnecessária a formação de consórcio para o cumprimento das obrigações de fornecimento;

3.9. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE: Incluir previsão no Termo de Referência de cláusulas que obriguem a contratada a utilizar de práticas sustentáveis, tais como:

- a) Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos.
- b) Em caso de necessidade de envio de documentos à CONTRATANTE, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
- c) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução dos serviços, bem como quando de demonstração do modo de utilização para a CONTRATANTE;
- d) Capacitar os funcionários e conscientizá-los sobre a importância da gestão sustentável de resíduos.

3.10. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

3.10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal técnico e administrativo do contrato, sendo ela: CIRLEI SOCORRO JUSTO DOS SANTOS - Matrícula nº 3375.

3.10.2. A gestão do contrato deverá ser realizada pelo Sra. WANDA STORER - Matrícula nº 4471.

3.10.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.10.4. Deve ser atentado para o disposto do Decreto Municipal nº 3.537/2023, quanto as atribuições do gestor e fiscal do contrato.

3.10.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.10.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.10.7. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.10.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.10.9. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.10.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.10.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

3.10.12. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

3.10.13. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

3.10.14. O gestor do contrato, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

3.10.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.10.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.10.17. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

3.10.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.10.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

3.11. DA DURAÇÃO DO CONTRATO:

3.11.1. Previsão de data em que deve ser assinado o instrumento contratual: 04/2025;

3.11.2. Estimada de disponibilização do serviço: conforme demanda

3.11.3. Data início da execução: conforme demanda

3.11.4. O contrato deverá possuir prazo de validade de 12 meses

3.11.5. Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA fica obrigada a manter seu cadastro, endereço eletrônico, telefone e responsável pelas operações, atualizados, situação que deve ser inserida em termo de referência como obrigação da CONTRATADA.

3.11.6. GARANTIA DE EXECUÇÃO: Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

3.11.7. DO PAGAMENTO: Considerando que não demandara a presente contratação de exigência de garantia para execução dos serviços, não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas à prestação de serviços objeto da presente contratação.

3.11.8. O fechamento da realização dos serviços será feito de forma mensal.

3.11.9. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) contados a partir do atesto da Nota Fiscal.

4. Estimativas das quantidades a serem contratadas:

4.1. A presente estimativa foi realizada com base nas necessidades identificadas pela Secretaria de Assistência Social e Assuntos da Família, considerando a demanda recorrente e a possibilidade de situações emergenciais que exijam pronta resposta por parte da administração pública.

A quantidade estipulada foi de acordo com a demanda prevista para 12 (doze) meses, conforme descritivo tabela abaixo:

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MÉDIA DO VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Urna funerária simples adulto, envernizada, incluindo flores, tapetes, véu, velas e sepultamento	4170	UN	30	R\$ 1.980,58	R\$ 59.417,40
2	Urna funerária simples infantil, envernizada, incluindo flores, tapetes, véu, velas e sepultamento	4170	UN	10	R\$ 1.251,42	R\$ 12.514,20
3	Urna funerária tamanho especial para pessoas obesas, envernizada, incluindo flores, tapetes, véu, velas e sepultamento	4170	UN	5	R\$ 2.126,00	R\$ 10.630,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

4	Translado (por km rodado)	4170	KM	4.000	R\$ 3,90	R\$ 15.600,00
TOTAL						R\$ 98.161,60

III - Prospecção de Soluções (artigo 15, §1º, V e VI):

1. Levantamento de Mercado (artigo 15, §1º V, do Decreto nº 3.537/2023):

1.1. O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

1.2. Com base nas análises realizadas pela Equipe de Planejamento da Contratação, concluímos que a melhor solução para atender às necessidades das áreas requisitantes e garantir a eficácia na prestação dos serviços, é a contratação de Pessoa Jurídica para realizar serviços funerários às famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, com fornecimento de urnas funerárias, acessórios e sepultamento. Esta decisão foi tomada levando em consideração diversos fatores, tais como a viabilidade técnica e econômica, bem como a disponibilidade de fornecedores no mercado capazes de atender às especificações comuns exigidas.

Considerando o contexto atual e a necessidade em prover assistência às famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, a contratação de Pessoa Jurídica para realizar serviços funerários se apresenta como a solução mais eficaz, prática e alinhada aos objetivos de promoção do bem-estar social e redução das desigualdades. Dessa forma, estamos confiantes de que essa decisão irá contribuir significativamente para mitigar os impactos adversos enfrentados por essas famílias, proporcionando-lhes um suporte essencial para enfrentar as dificuldades temporárias que enfrentam.

1.3. Foram analisadas as últimas aquisições realizadas pelo município de Bandeirantes-PR, contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, e consultas a outros editais sendo constatado que as aquisições ocorrem de forma semelhante em outros órgãos da Administração Pública, verificando-se que os valores pesquisados estão condizentes com as margens dentro dos valores de mercado.

2. Estimativa do valor da contratação (art. 15, §1º VI do Decreto nº 3.537/2023):

A estimativa de valor da contratação realizada nesse ETP visa levantar o eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção. Essa estimativa não se confunde com os procedimentos e parâmetros de uma pesquisa de preço para fins de verificação da conformidade e da aceitabilidade da proposta. Para a constituição das referências de valores foram realizadas pesquisas de preço no Painel de Preços, Notas Paraná, Editais de Prefeituras, Sites de Vendas online, PNCP, porém conforme descrito na análise crítica dos orçamentos coletados, não foram utilizadas como parâmetro para avaliação do preço praticado no mercado todas as pesquisas encontradas e em alguns campos, não conseguimos obter preços registrados.

Para identificar o valor para o item a ser contratado foi utilizado o MÉTODO ESTATÍSTICO da MÉDIA de preços das cestas encontradas.

Desta forma, o valor total do processo se deu em R\$ 98.161,60 (noventa e oito mil cento e sessenta e um reais e sessenta centavos).

3. Escolha da solução (consequência dos incisos V e VI do §1º do art. 15 do Decreto nº 3.537/2023):



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

Os itens objeto desta contratação se enquadram na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, de acordo com a Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal 3.537/2023.

Diante das opções levantadas no mercado, justifica-se a contratação, portanto, o valor em questão estabelecido para a utilização na modalidade pregão eletrônico, critério de menor preço por item, o que fundamenta a sua escolha para a contratação de pessoa jurídica para aquisição de cestas básicas a serem distribuídas às famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, atendidas pela secretaria de Assistência Social e Assuntos da Família, de acordo com os princípios de eficiência, economia e celeridade previstos na legislação de licitações. A utilização do pregão permite uma maior agilidade no processo de contratação, possibilitando uma resposta rápida às necessidades das áreas requisitantes e garantindo a eficácia na distribuição dos recursos públicos. Além de ser a solução mais vantajosa e com celeridade e economia processual para Administração Pública.

IV - Detalhamento da Solução Escolhida:

1. Descrição da solução como um todo (art. 15, §1º, VII do Decreto nº3.537/2023):

1.1. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO: Comum, devido a sua forma de execução, sendo os mesmos realizados por um vasto número de empresas do ramo deste objeto.

1.2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL CONTRATAÇÃO: A contratação em questão, deverá obedecer, no que couber ao disposto na Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações;

1.3. DA EXECUÇÃO E ABRANGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:

1.3.1. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho;

1.3.2. A proposta de preço deverá compreender todas as despesas referentes a entrega, taxas e impostos;

1.3.3. Os serviços a serem realizados e especificado neste estudo técnico, deverão estar em de acordo com o descrito no termo de referência;

1.3.4. A empresa contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes em Edital, seus anexos, e sua proposta, assumindo exclusivamente também as despesas decorrentes da execução do objeto;

1.3.5. É vedada a concessão do auxílio funerário à indivíduos que estejam contemplados em Planos de Fundo Mútuo com qualquer empresa funerária do município.

1.3.6. Os serviços de traslado somente serão fornecidos cujo óbito tenha ocorrido em localidades na qual o paciente tenha sido encaminhado com autorização do município/IML.

1.3.7. Os serviços somente poderão ser realizados após autorização por escrito pelo Secretário de Assistência Social e Assuntos de Família em exercício, devendo a família solicitar e comprovar as condições de carência para que o serviço possa ser prestado.

1.3.8. Não serão admitidas cobranças aos usuários ou de suas famílias, bem como não será permitido pagamento de diferença de valores entre os modelos de urnas funerárias, sob a prerrogativa de rescisão contratual e sanções administrativas e criminais.

1.3.9. A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo;

2. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (artigo 15, §1º, VIII do Decreto nº 3.537/2023):

2.1. No presente Estudo preliminar técnico não se aplica a necessidade de parcelamento, pois, serão conforme demanda existente.

3. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 15, §1º, XI do Decreto nº 3.537/2023):



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

3.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

4. Resultados pretendidos (art. 15, §1º, IX do Decreto nº 3.537/2023):

4.1. As escolhas efetuadas ao longo da elaboração do ETP quanto a modalidade escolhida, solicitação segundo demanda existente, conforme requisição mostraram-se ser as soluções mais viáveis.

As razões que motivaram a escolha das alternativas, considerando as informações apuradas nas análises técnica-funcional e econômica, baseiam-se nas opções levantadas e disponíveis no mercado atualmente.

A solução escolhida proporcionará benefícios para a instituição, em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, alinhada aos instrumentos estratégicos institucionais e governamentais.

5. Providências a serem adotadas (art. 15, §1º, X do Decreto nº 3.537/2023):

5.1. No momento, não se vislumbra necessidades de providências de adequações para a solução a ser contratada, em termos de capacitação de servidores na fiscalização e gestão contratual ou na adequação do ambiente da organização.

6. Possíveis impactos ambientais (art. 15, §1º, XII do Decreto nº 3.537/2023):

6.1. Visando estimular e estabelecer procedimentos de descarte, reparos adequados e soluções eficientes que causem menos impactos na natureza, a CONTRATADA deverá quando se fizer necessário utilizar papel reciclado, impressão frente e verso, visando reduzir o consumo de água e energia, bem como a emissão de gases efeito estufa e a geração de resíduos.

6.2. A CONTRATADA deverá respeitar a legislação vigente e as normas técnicas, elaboradas pela ABNT, ANVISA e pelo INMETRO, para aferição e garantia de aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade e segurança dos materiais e serviços.

7. Mapa de Risco

7.1. Anexo ao processo.

V – Posicionamento Conclusivo:

Assim, após o estudo, verificamos que o objeto é de fundamental importância para o município, tendo em vista que atenderá a necessidade do setor demandante, motivo pelo qual esta equipe DECLARA A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO nos moldes apresentados nos parágrafos acima.

Com base ainda nos critérios de avaliação estabelecidos, recomendamos a contratação de pessoa jurídica para **A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS PARA ATENDER A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA**. Acreditamos que essa escolha proporcionará a melhor combinação de qualidade, eficiência e suporte para o setor demandante.

Por fim, considerando as informações levantadas, a equipe de planejamento entende que o ETP deve ser classificado como NÃO SIGILOSO, nos termos da Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação – sendo divulgado na sua integralidade.

Bandeirantes (PR), 31 de janeiro de 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

Rosiane Cristina Vieira Néia Storti
Secretária Municipal de Assistência Social e Assuntos da Família

Cirlei Socorro Justo dos Santos –Fiscal de Contratos
PORTARIA N° 1.967/2025